

BRASIL

CADEIA PARA QUEM ATACA A DEMOCRACIA

Por unanimidade, Supremo Tribunal Federal decide manter prisão do deputado federal Daniel Silveira, que gravou um vídeo ameaçando os membros da Corte e fazendo apologia ao AI-5

> Brasília e Rio de Janeiro

Preso em flagrante por crime inafiançável na noite de terça-feira, após divulgar um vídeo com apologia ao Ato Institucional 5 (AI-5) e discurso de ódio contra os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) vai continuar detido na carceragem da Polícia Federal, no Rio de Janeiro. Por unanimidade — 11 votos —, o plenário do STF decidiu ontem manter a prisão do deputado federal, referendando a decisão do ministro Alexandre de Moraes em mandado expedido na terça. No entanto, a palavra final sobre a manutenção da prisão será do plenário da Câmara dos Deputados, que votará hoje se mantém ou não a decisão do Supremo. Hoje também haverá uma audiência de custódia, marcada por Moraes, que vai avaliar o caso.

A prisão em flagrante foi determinada por Moraes no âmbito do inquérito aberto em 2019 para apurar ameaças contra os integrantes do STF e propagação de ‘fake news’. Segundo Moraes, no vídeo de terça-feira, o deputado teria

Defesa do deputado vai aguardar posicionamento da Câmara sobre a prisão em flagrante

feito ameaças e defendido a destituição dos ministros. Moraes também entendeu que não cabia fiança.

Pela Constituição, a prisão em flagrante por crime inafiançável de qualquer deputado deve ser enviada em 24 horas para análise do plenário da Câmara, que deve decidir sobre a manutenção ou não da prisão.

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, convocou uma reunião da Mesa Diretora e de líderes para discutir a prisão.

Ao ser preso, Daniel Silveira, que foi eleito com 31.789 votos em 2018, disse que a decisão que fundamentou a prisão é “louca” e prometeu processar o ministro Moraes assim que deixar o cárcere. “Não existe flagrante de crime. Não existe crime algum. A decisão é absurda. Não precisa ser jurista para entender que ela é totalmente esvaziada”, disse.

A defesa do deputado decidiu não entrar com habeas corpus e aguardar o posicionamento da Câmara. Silveira está convicto de que sua prisão é ilegal e não será autorizada pelos parlamentares.

“Se ela (Câmara) autorizar essa prisão, ela estará abrindo um precedente imenso. Se um parlamentar no exercício da função não pode ser blindado, imagina nós, cidadãos brasileiros comuns. O que a Suprema Corte pode fazer de ofício? Pode mandar prender ao seu bel prazer a qualquer tempo?”, questionou o advogado André Rios.

Deputado Daniel Silveira já é investigado pelo Supremo em inquérito sobre atos antidemocráticos



REPRODUÇÃO TWITTER



Daniel Silveira posa com a placa quebrada de Marielle Franco



O deputado federal foi alvo de operação da Polícia Federal em 2020

Trajetória do deputado é marcada por polêmicas

> Desde que ainda era candidato, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) coleciona comportamentos polêmicos. Em 2018, Silveira, ex-policial militar, se envolveu em sua primeira polêmica ao posar ao lado do deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL) e do ex-governador Wilson Wit-

zel (PSC) portando uma placa quebrada com o nome de Marielle Franco (PSOL), vereadora assassinada no Rio.

Em novembro de 2018, Silveira resolveu “inspecionar” o Colégio Estadual Dom Pedro II, alegando que a diretora da unidade havia “entregado as chaves do colégio para vagabundos” em 2016,

durante manifestações estudantis. Mesmo processado, não parou de tentar fiscalizar escolas.

Durante duas manifestações contra e a favor de Bolsonaro em Copacabana, ele comemorou a iniciativa de um PM de mandar queimar uma bandeira de manifestantes pró-democracia. Depois, em

vídeo, disse que torcia para que críticos do presidente tomassem um tiro no peito.

Em junho de 2020, foi alvo de operação da Polícia Federal e detido junto com outros bolsonaristas, acusados de organização de atos antidemocráticos, que pregavam o fechamento do Congresso e do Supremo.

Hostilidade e recusa em usar máscara

> Após ser preso, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) hostilizou uma policial ao ser orientado a utilizar máscara enquanto estava no Instituto Médico-Legal (IML), no Centro do Rio, para realizar o exame de corpo de delito. Câmeras registraram a ação.

Sob a alegação de que teria dispensa para ficar sem máscara, o deputado ignorou a ordem da policial e, com a insistência da agente, o parlamentar começou a confrontá-la. “A senhora não manda em mim, parece até que está falando com vagabundo. Meu irmão, a pior coisa é militante petista, militante petista é o ca*****, reconhece e aí fala, agora vou fazer meu espetáculo, não está falando com vagabundo, não”, hostilizou o Silveira.

Advertido novamente sobre o uso da máscara pela policial, o militar continuou com os insultos. “Se a senhora falar mais uma vez, eu não vou usar, me respeita que você não está falando com vagabundo. E aí que você é policial, eu também sou, e aí? Eu sou deputado federal, e aí? Me respeita. A senhora não conhece a po*** da lei, não?”, disparou.

ADVOGADO

‘Aberração jurídica’

■O advogado do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), André Rios, afirmou, ontem, que a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), é uma “aberração jurídica”, e que a prisão é “ilegal”. “Essa decisão da Suprema Corte deve ser emoldurada, porque não tem precedente na história brasileira, no ordenamento jurídico, uma prisão dessa magnitude”, disse o advogado, em conversa com a imprensa em frente à sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Sobre o fato de Silveira ter hostilizado funcionários e se negado a usar máscara ao chegar no Instituto Médico Legal (IML), o advogado disse que é um “direito legal”. “Ele tem um laudo médico que dispensa o uso de máscara”, afirmou.